



Prefeitura Municipal de Ananindeua **Controladoria Geral**

PROCESSO Nº 017/2016 – SESAN.PMA, PROTOCOLO NR 372/2017

CONTRATO Nº. 008/2016.SESAN.PMA

OBJETO: ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE OBRA

EMPRESA: RKL CONSTRUÇÕES LTDA EPP

ASSUNTO: 1º Termo Aditivo de prorrogação do prazo de vigência contratual por 09 (nove) meses para execução do projeto do Sistema Viário do Projeto Barauna.

À SESAN,

Tratam os autos a respeito do processo supracitado, que tem como objetivo a prorrogação de prazo de vigência do Contrato ora em foco, por mais 09 (nove) dias, considerando o término do crt em 25/02/2017, em favor da credora: RKL CONSTRUÇÕES LTDA EPP, CNPJ: 12.669.568/0001-89, sobre o fato consideramos:

- Consta no processo solicitação de prorrogação de prazo da empresa assinado em 23/02/2017 pelo Presidente Sr. Francisco Raphael Costa Nogueira e aceite das justificativas pela empresa pelo atraso da obra assinado pelo Sr. Osmar da Silva Nascimento, Secretário Municipal de Saneamento e Infraestrutura em 24 de fevereiro de 2017;
- **PARECER TÉCNICO S/Nº**, assinado pela Engenheira, Sra. Cristina Guedes, manifestando-se favorável ao aditamento do contrato;
- **PARECER Nº. 047/2017/SESAN/ASSJUR – Assessoria Jurídica**, assinado pela Advogada, Dra. Maria das Graças Elias Moreira - OAB/PA 1796, manifestando-se favorável ao aditamento do contrato;
- Quanto à regularidade fiscal do interessado, constatamos estar o mesmo regular na presente data, conforme consulta feita via internet, estando em acordo com § 3º do art. 195 da CF/1988;

Diante do exposto e considerando tudo que nos autos consta sugerimos a tramitação normal do presente, **desde que respeitadas as formalidades legais**, bem como sua publicação observando o disposto no



Prefeitura Municipal de Ananindeua Controladoria Geral

Parágrafo Único do art.38 da lei Federal n.º8.666/93 e Parágrafo Único do art.61 da lei Federal n.º8.666/93 bem como remetimento tempestivo de via do original ao *Tribunal de Contas dos Municípios – TCM-PA*, em consonância e conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº. 04/2003 – TCM, **após atendimento** do preceituado no **§2º do art. 57 da lei Federal n.º8.666/93**.

Desta forma, sugerimos que o presente seja encaminhado ao Ordenador de Despesas para que tome as medidas cabíveis em consonância com a Legislação Vigente.

Atenciosamente,



Belém, 24 de abril de 2017